

Indicadores de disparidade de gênero no jornalismo: um estudo quantitativo de 1985 a 2022¹

Diogo Mendonça LEITE²
Vitor Souza Lima BLOTTA³
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Baseado em Leite (2023) e Nicoletti e Thibes (2017), o estudo analisa dados da RAIS de 1985 a 2022, oferecendo um panorama quantitativo sobre a história da presença feminina no jornalismo. Além de uma análise geral, que revela, entre outros, que a proporção de mulheres decresceu entre os registros formais de jornalistas após o fim da obrigatoriedade do diploma e que a equiparação salarial está próxima, mas ainda não ocorreu, também foram conduzidas análises a nível municipal e por ocupação. Estudos com dados sobre freelancers e pesquisas aprofundadas sobre a relação entre a obrigatoriedade do diploma e o mercado de trabalho jornalístico podem expandir as descobertas feitas aqui.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Economia; mulheres; pesquisa quantitativa; RAIS.

1- Introdução

A presença feminina no mercado de trabalho do jornalismo é um tema que suscita crescente interesse na academia brasileira. Revisões bibliográficas de Martinez, Lago e Lago (2016) e Amorim e Bueno (2019) apontam, no entanto, que o campo ainda é pouco estudado. A maior parte dos trabalhos são teóricos (Martinez, Lago & Lago, 2016, p. 20), enquanto muitos estudos acerca das transformações do mercado de trabalho jornalístico nas últimas décadas, provocadas pelo surgimento de novas formas midiáticas, deixam de lado o recorte de gênero (Lelo, 2019). O objetivo da presente pesquisa é oferecer um panorama quantitativo da presença feminina no mercado jornalístico entre 1985 e 2021, período que abarca toda a inserção de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no setor (Ribeiro, 1997).

Por meio de técnicas econométricas e uma base de dados grandes e abrangentes, o trabalho procura mapear as tendências descritas na bibliografia qualitativa sobre o tema, e subsidiar quantitativamente estudos futuros sobre a presença feminina no mercado de

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Jornalismo da ECA-USP, e-mail: diogoleite@usp.br

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da ECA-USP, e-mail: vitor.blotta@uol.com.br

trabalho jornalístico, em especial sobre a interface entre as tendências de desigualdade de gênero e de precarização do trabalho jornalístico na contemporaneidade.

Este projeto segue a metodologia de Nicoletti e Thibes (2017), analisando a família “Profissionais do Jornalismo” na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para mapear tanto a presença histórica das mulheres no mercado jornalístico quanto indicadores de condições de trabalho, a saber, remuneração e jornada contratada. Foram adicionados outros tópicos de análise, com base em pesquisas preexistentes: o estudo municipalizado dos indicadores, para averiguar diferenças entre interior e capitais apontadas por Rocha (2004) e Temer, Assis e Santos (2015) – espera-se menor presença feminina e mais desigualdade de condições em cidades menores – e o estudo de indicadores por área de atuação, pesquisando o fato, observado por Lima et al. (2022), Souza (2009) e Rocha (2004), de que há maior presença feminina em profissões fora da mídia (assessoria de imprensa e afins) e em mídias menos tradicionais – o que leva a crer que a equidade de condições nesses ambientes também seja maior.

A partir da análise da literatura prévia, tem-se como hipótese que, como descreve Koshiyama (2003, p. 4), a equiparação em quantidade de profissionais ocorre antes da equidade de indicadores. Conjectura-se também que essa equidade ainda não foi atingida, haja vista a persistência de casos de assédio moral e sexual (Reimberg, 2015; Rocha, 2004; Koshiyama, 2004; Toste et al., 2017), indicativos da estrutura patriarcal do mercado de trabalho, e dados preexistentes que encontraram desigualdade na carga horária e na remuneração entre homens e mulheres jornalistas (Nicoletti e Thibes, 2017; Leite, 2017; Figaro, 2018).

Outra hipótese é de que o advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tenha aqui um efeito semelhante ao descrito em Leite (2023), com aumento da carga horária, diminuição dos salários e crescente migração para a assessoria de imprensa, tendências revertidas a partir de 2010, com o fim da obrigatoriedade do diploma. Espera-se que, nos últimos anos, os indicadores sejam determinados principalmente por esse advento, e que a desigualdade de gênero esteja perdendo importância relativa nesse fenômeno.

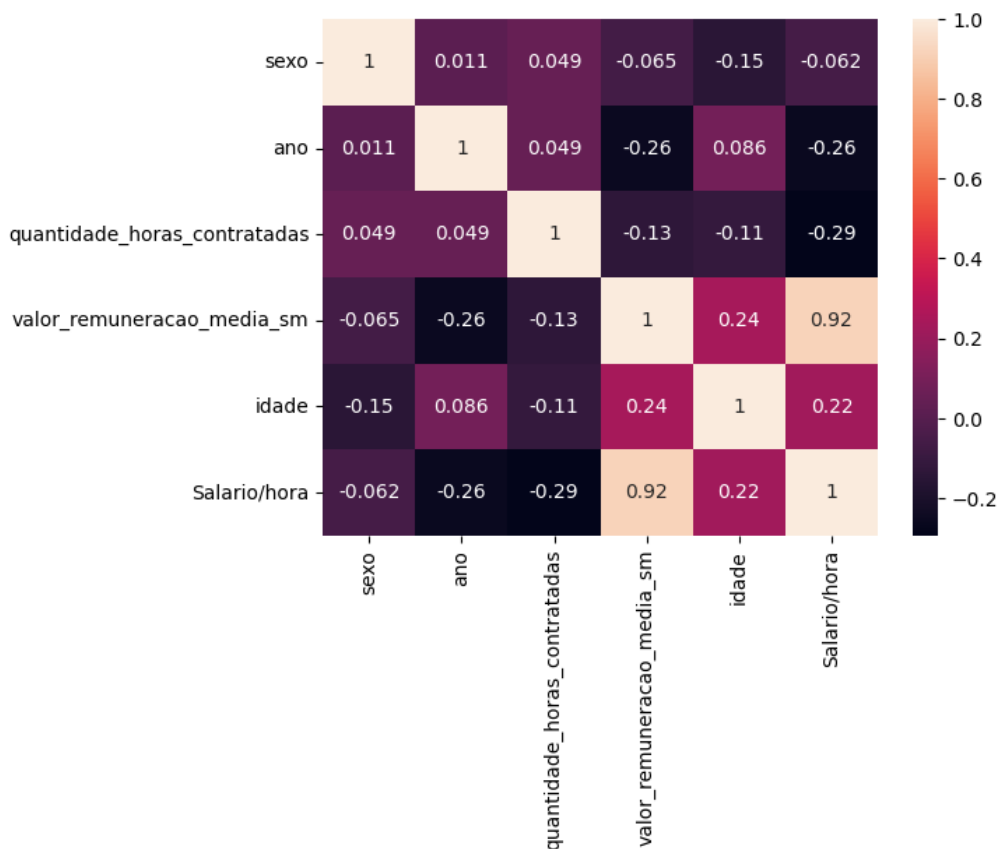
2- Metodologia

Primeiro, foram extraídos da base RAIS os dados cuja Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) se refere à família “Profissionais do Jornalismo”. A Tabela 1 mostra as principais estatísticas descritivas dos dados utilizados, que se referem a quase dois milhões de registros profissionais coletados entre 1985 e 2002.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

A correlação de Pearson foi significativa apenas entre sexo e idade e entre idade e remuneração, mostrando que parte da menor remuneração feminina pode ser explicada também por sua menor média de idade (que, por sua vez, pode ser fruto de uma inserção tardia no mercado).

Tabela 1 – Coeficientes de correlação



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022), elaboração nossa.

A partir daí, foram conduzidas análises descritivas das variáveis de interesse (salário/hora, tipo de vínculo e carga horária) ao longo do tempo, por município e por ocupação. Testes estatísticos de diferenças de média também foram empregados, de modo a detectar a significância estatística das disparidades de gênero ano a ano.

Para a análise geral dos indicadores, foram realizadas regressões lineares múltiplas, baseadas em Castro e Stamm (2016), utilizando o sexo como variável de interesse e a remuneração, o salário por hora trabalhada e a prevalência de vínculos precários como variáveis dependentes.

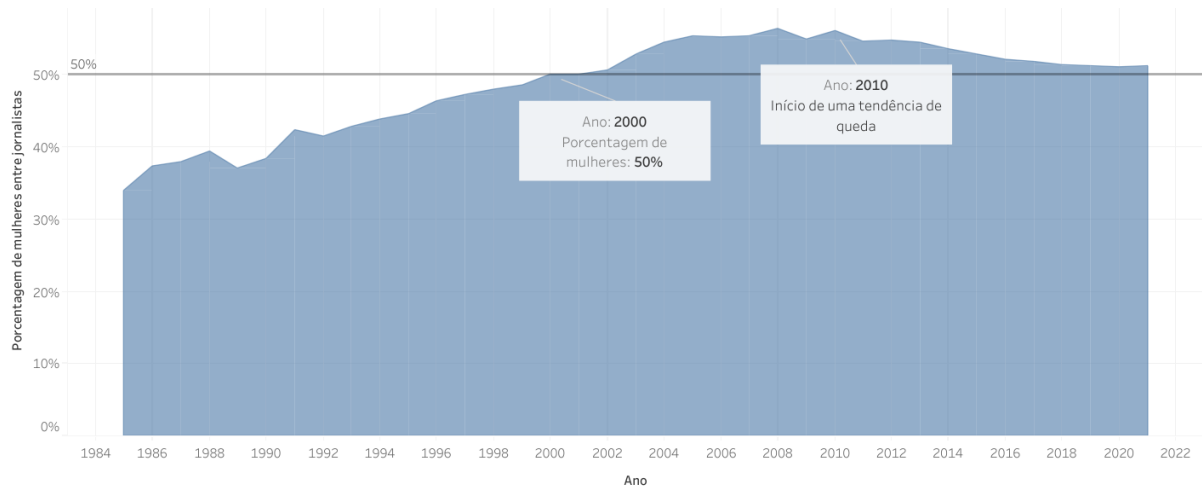
Já nas análises municipalizadas e por ocupação, foi empregado o método *K-Means*, proposto originalmente por MacQueen (1967), que agrupa as observações de modo a minimizar as discrepâncias dentro de cada grupo, e mostra como se distribuem os indicadores no país e dentre as ocupações da família “Profissionais do Jornalismo”.

3- Panorama geral

A proporção de mulheres no jornalismo, como previsto pela bibliografia (Koshiyama 2003, p. 4), cresce em todo o período (coeficiente = 139,25, $R^2 = 0,69$, p-valor $\ll 0,001$) e chega a 50% em 2000. No entanto, ela decresce entre 2010 e 2021 (coeficiente = -203,87, $R^2 = 0,92$, p-valor $\ll 0,001$), justamente após o fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão. Enquanto alguns autores afirmam que essa medida democratiza o acesso ao mercado (Figaro, 2014), outros afirmam que foi justamente a obrigatoriedade do diploma peça chave na inserção das mulheres no mercado jornalístico (Rocha, 2004) e que a medida deixa os profissionais mais suscetíveis à precarização (Carvalho & Messagi Jr., 2014). Nesse sentido, é válido ressaltar que a RAIS não contabiliza profissionais contratados por CNPJ, como *freelancers*. Segundo Grohman (2012), as mulheres são hoje maioria nesse grupo, muitas vezes de maneira compulsória (Leite, 2017), por terem de conciliar a família e o trabalho.

Gráfico 1 – Proporção de mulheres entre os jornalistas (1994 – 2021)

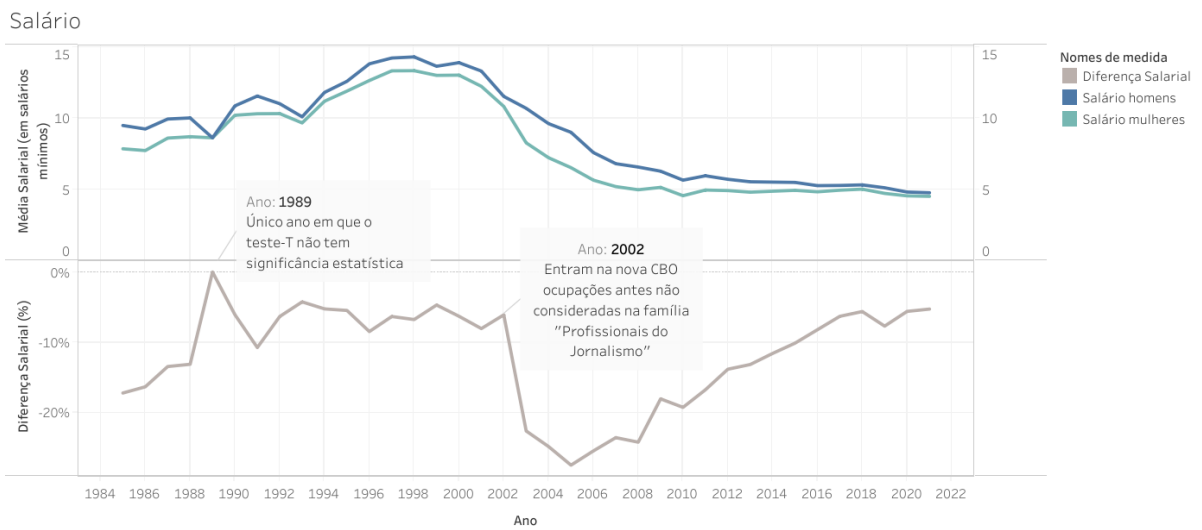
Porcentagem de mulheres



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022), elaboração nossa.

O exame da remuneração mostra que a diferença era menor antes de 2002, quando, devido a mudanças na CBO, estudamos apenas profissões mais ligadas diretamente à produção de notícias (Ministério do Trabalho, 2010). O salário médio das mulheres, no entanto, quase sempre foi menor, como previsto na revisão bibliográfica. O teste-T foi significativo a um nível de confiança de 5% para todos os anos, exceto por 1989. A análise sugere que, entre as novas ocupações (assessor de imprensa, arquivista, colunista e redator-chefe), a diferença de remuneração é maior, mas está caindo ao patamar das demais profissões (coeficiente = 57,29, $R^2 = 0,58$, p-valor $\ll 0,001$ entre 2002 e 2021).

Gráfico 2 – Remuneração média dos jornalistas (1985 – 2021)

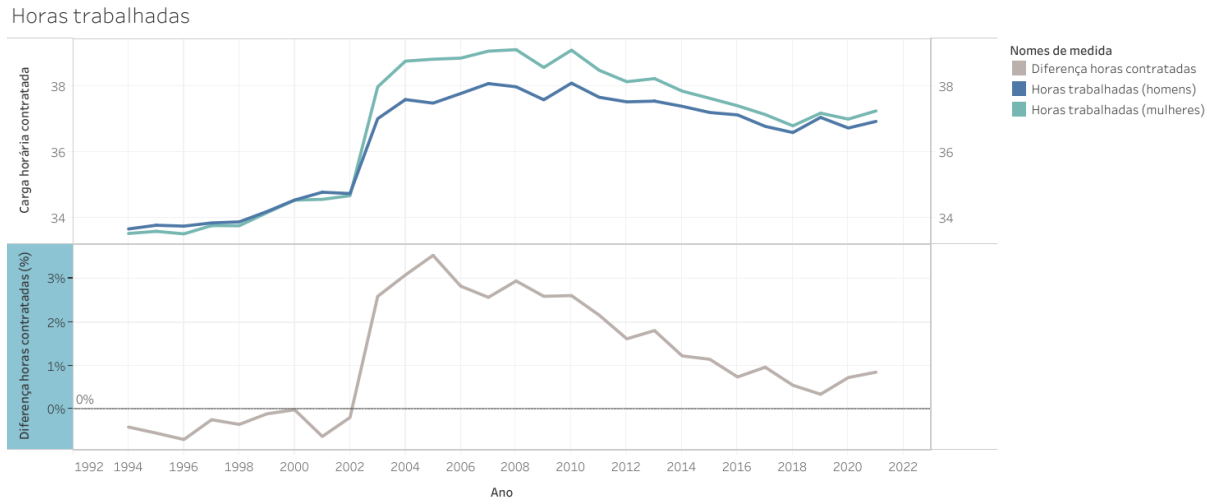


Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022), elaboração nossa.

Quanto à carga horária, vemos que, antes de 2002, a das mulheres jornalistas era menor do que a dos homens. A explicação para isso é mais complexa: o dado condiz com relatos expressos por Koshiyama (2003), Figaro (2018) e Rocha (2004) de que jornalistas mulheres geralmente ficavam restritas a pautas de apuração mais simples, consideradas “femininas”. Ao mesmo tempo, ecoa observações como as de Grohman (2012), de que cada vez mais as mulheres têm de trabalhar mais, independentemente de muitas viverem jornadas duplas ou triplas enquanto mães e/ou donas de casa. O teste-T, no entanto, não é significativo a 5% até 1996.

A partir de 2003, a situação se inverte, como já apontado por Nicoletti e Thibes (2017), o que indica condições mais precárias nas profissões adicionadas pela nova CBO. A tendência atual é de aproximação (coeficiente = -345,28, $R^2 = 0,39$, p-valor = 0,003). Novamente, só há dados na RAIS sobre o tema a partir de 1994.

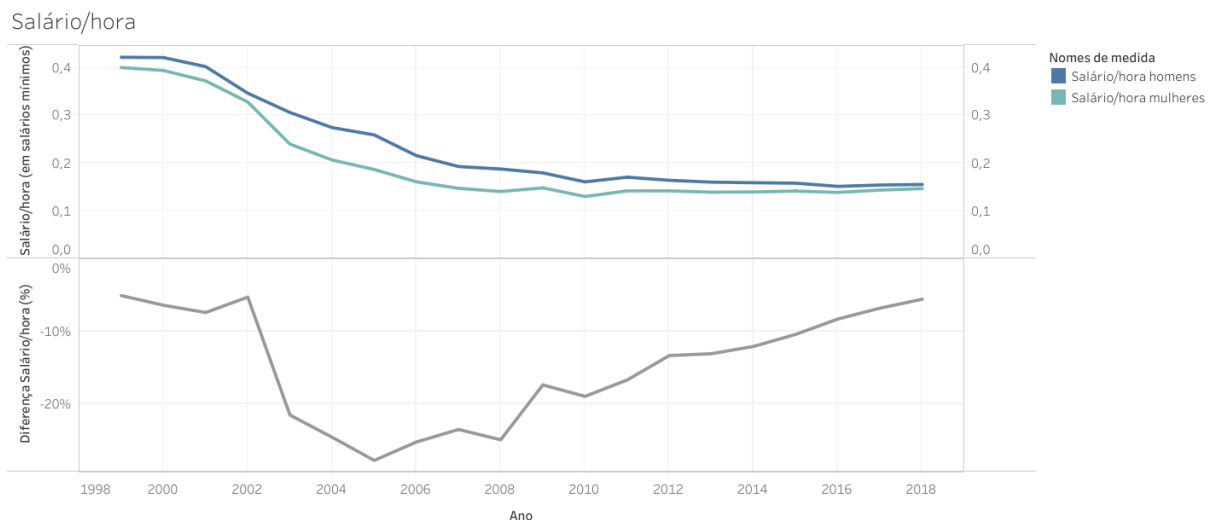
Gráfico 3 – Carga horária média dos jornalistas (1985 – 2021)



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022), elaboração nossa.

A análise do indicador salário/hora ajuda a mitigar a multicolinearidade entre os dois fatores, e mostra o mesmo panorama: uma diferença persistente em tendência de queda. A mudança em 2002 reflete, novamente, a mudança da CBO, reforçando a ideia de que a diferença salarial é maior nas profissões recém adicionadas. O teste-T é significativo a 5% em todos os anos.

Gráfico 4 – Salário/hora médio dos jornalistas (1985 – 2021)

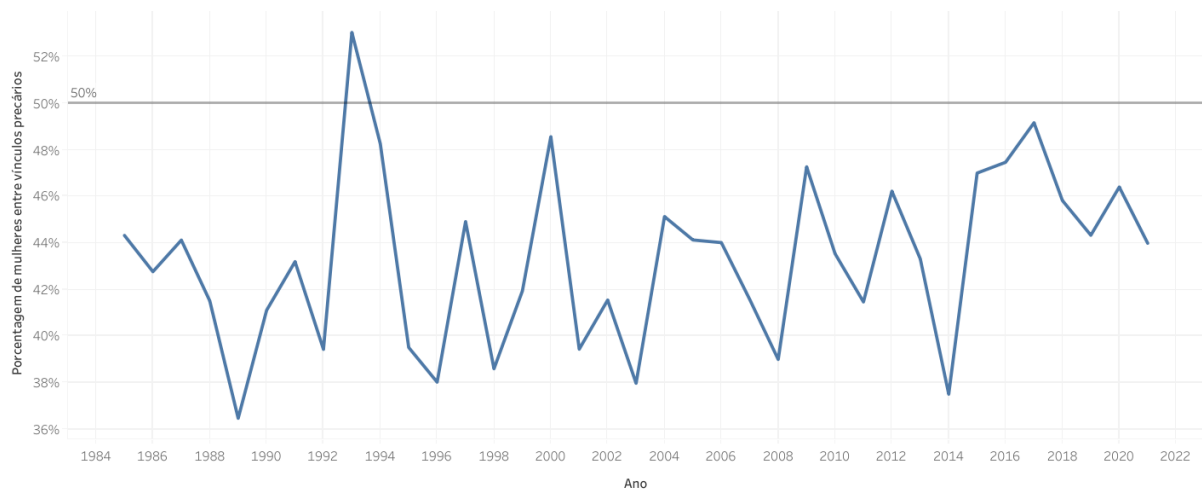


Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022), elaboração nossa.

A pesquisa observou também a prevalência de mulheres entre os vínculos precários considerados pela RAIS (vínculos temporários, avulsos ou não especificados). Não há, no entanto, nenhuma tendência clara de predominância feminina ou de crescimento ou decréscimo nesse indicador.

Gráfico 5 – Vínculos precários entre jornalistas (1985 – 2021)

Vínculos precários



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022), elaboração nossa.

Considerando os testes econométricos de regressão linear múltipla, controlados por ano, idade, tempo de experiência, região do país, tamanho da cidade, escolaridade e tamanho do estabelecimento, vemos que ser mulher tem um impacto negativo de 12,6% no salário de um jornalista na média do período analisado. Apesar de alto, o valor é metade do observado por Castro e Stamm (2016) no mercado de trabalho do Brasil num geral. Aqui, ao contrário do hipotetizado, o efeito das TICs, aproximado por um efeito fixo de ano, é bem menor, de cerca de -3%. Ainda assim, como esperado, ele decresce com o passar do tempo.

Já quando olhamos para o salário por hora como variável dependente, o efeito de ser mulher é maior (-14%), mas o efeito das TICs também: nossa *proxy* o estima em -12%. No entanto, o efeito das TICs tende a cair na contemporaneidade, algo que pode refletir o fato de que a análise nesse caso começa em 1994, mais próximo da mudança detectada em 2010.

Novamente, a análise da proporção de vínculos precários, realizada por um modelo Probit, não revelou efeitos significativos do gênero no indicador.

4- Análise regional

Na análise municipalizada, não é clara a diferença entre interior e capitais. No geral, interiores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste concentram diferenças salariais maiores, presentes também em regiões metropolitanas. Quanto à proporção, a predominância feminina é mais evidente no Sul e Sudeste, e os valores são bem heterogêneos intra-região. Valores extremos estão concentrados em cidades remotas. A carga horária é mais discrepante no interior de regiões mais populosas, no Sul, Sudeste e litoral nordestino, além de ocorrências no entorno de regiões metropolitanas.

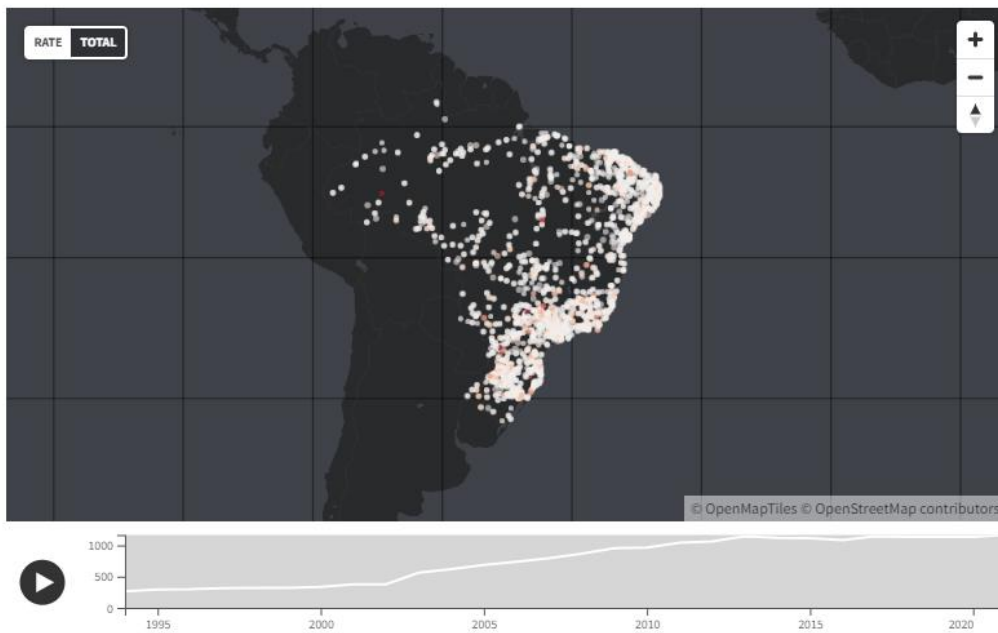
Analisando os dados municipais historicamente, vemos que os primeiros registros de mulheres jornalistas surgem na região Sudeste, e a região amazônica é a última a apresentá-los. As discrepâncias de carga horária surgem primeiro nos grandes centros, e nos estados do Sul e Sudeste a proporção feminina cresce primeiro, mas cai mais neles a partir de 2010.

Gráfico 6 – Indicadores da presença feminina no jornalismo por município (2021)⁴



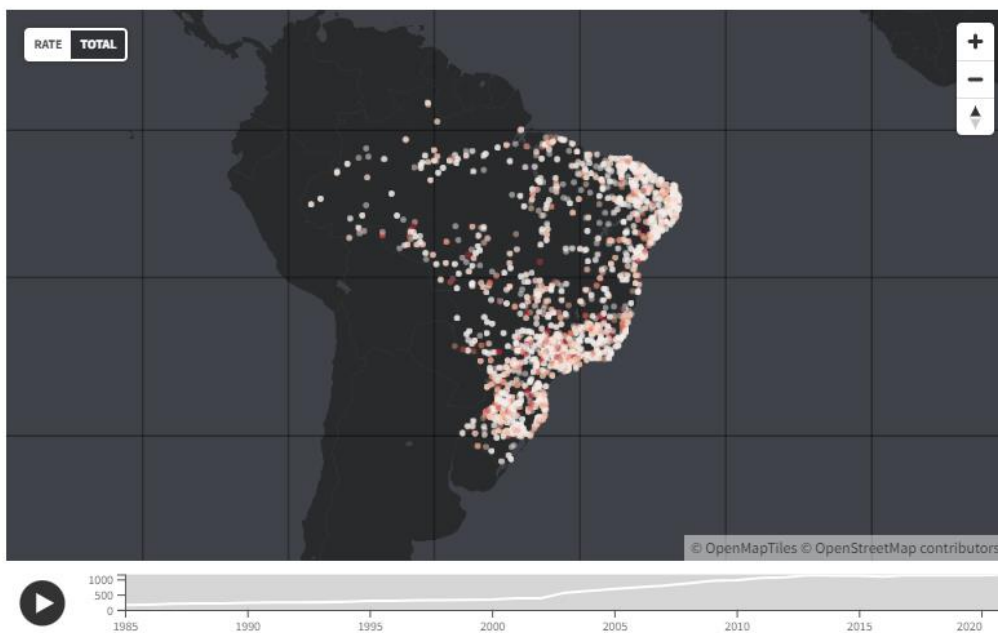
⁴ Visualização completa, com dados ano a ano, disponível em versão interativa em <https://public.flourish.studio/story/1987610/>

Diferença na carga horária de jornalistas: mulheres x homens



Dados: Ministério do Trabalho (2022)

Diferença salarial entre jornalistas: mulheres x homens



Dados: Ministério do Trabalho (2022)

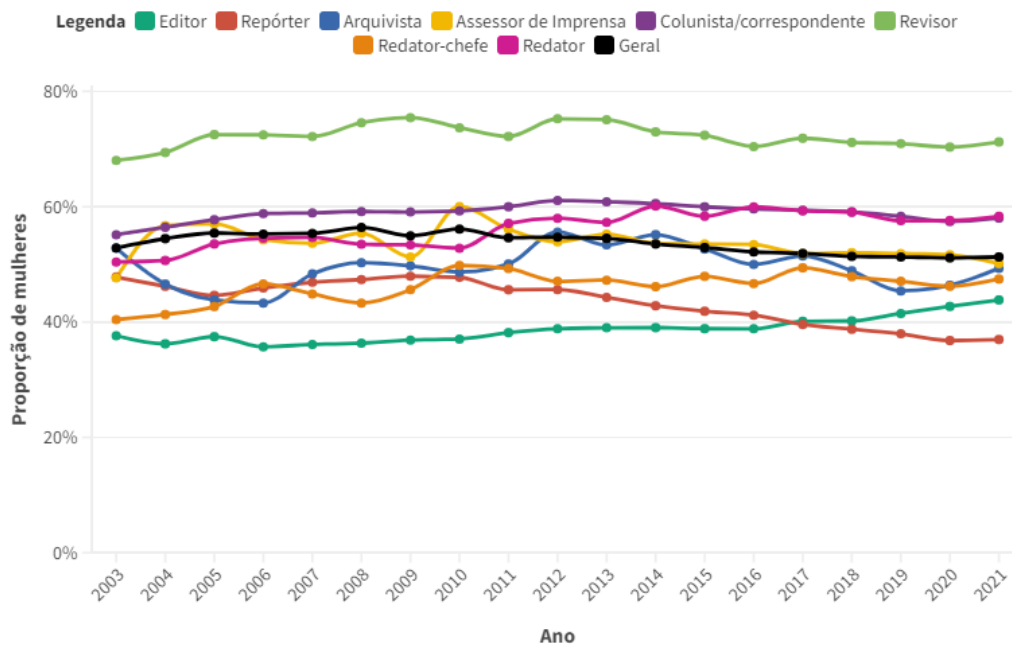
Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022), elaboração nossa.

5- Análise por profissão

A análise por profissão, possível apenas a partir de 2003, devido à nova CBO, mostra que, diferentemente do que preconiza a bibliografia, mulheres são mais prevalentes em redações do que no jornalismo de modo geral. Colunista/correspondente e revisor também têm mais presença feminina.

Gráfico 7 – Proporção de jornalistas mulheres, por profissão (2003 – 2021)

Proporção de jornalistas mulheres (por profissão)



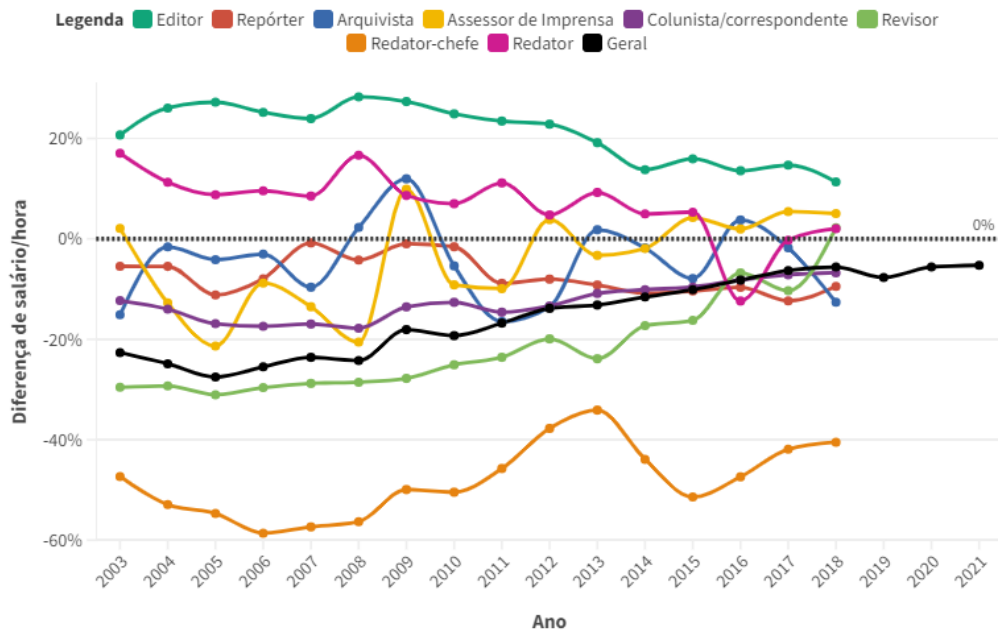
Dados: Ministério do Trabalho (2022)

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022), elaboração nossa.

Na profissão de editora, mulheres ganham mais que homens. No entanto, essa é também a profissão com menor proporção de mulheres. Como redatoras e assessoras de imprensa, elas também ganham mais, contrariando o esperado pelos resultados da análise geral de remuneração. A profissão de redator-chefe, mais ligada à mídia tradicional, é onde as mulheres ganham menos em relação aos homens.

Gráfico 8 – Proporção de jornalistas mulheres, por profissão (2003 – 2021)

Diferença de salário/hora entre jornalistas: mulheres x homens (por profissão)



Dados: Ministério do Trabalho (2022)

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022), elaboração nossa.

De modo geral, as análises retratam o cenário de precarização do jornalismo contemporâneo, com quedas dos salários e aumento da carga horária (ver Figaro, 2014; Nicoletti, 2018, 2019; Nicoletti e Thibes, 2017; Lima Et Al., 2022; Levy & Nielsen, 2010 e Figaro & Nonato, 2017), que atingem tanto mulheres quanto homens, em magnitudes praticamente semelhantes.

6- Considerações finais

O presente trabalho pretendeu oferecer subsídio quantitativo a novas investigações sobre gênero no jornalismo. Constatamos que, ainda que o advento das TICs atinja mulheres e homens em proporções bem semelhantes (vide a proximidade entre os coeficientes de evolução dos indicadores encontrados aqui e em Leite, 2023), a desigualdade de gênero não perdeu importância frente às novas tendências de precarização.

Os dados mostram que a existência de profissões mais “femininas” no mercado jornalístico, ou a existência de locais mais hostis para jornalistas mulheres no país, não são claros na contemporaneidade.

Os dados pesquisados aqui não consideram assédio sexual e outras formas de violência no trabalho que, pelo que estudos prévios indicam, são muito frequentes para mulheres jornalistas. Na contemporaneidade, em que nossos dados mostram que outros indicadores mais primários de desigualdade estão se resolvendo, esses fenômenos ganham importância no campo de estudos.

Futuros estudos, com dados sobre *freelancers* (onde a revisão bibliográfica indica que há mais presença feminina) e análises de regressão multivariada podem elucidar melhor como o sexo determina relações no mercado de trabalho jornalístico. Além disso, o efeito do fim da obrigatoriedade do diploma também merece mais atenção. Por hora, este trabalho oferece uma base de dados tratados e disponíveis livremente para novas pesquisas.

Referências:

AMORIM, Janaina Lopes de, BUENO, Thaisa. “Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil”. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 153-170, Jul/Dez, 2019.

BERGAMO, Alexandre, MICK, Jacques (coord.), LIMA, Samuel. Perfil do Jornalista Brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho (2012): Síntese dos principais resultados. Disponível em:

<<http://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em 19 de dez. de 2022.

CARVALHO, Guilherme, MESSAGI JR., Mário. “Diploma de Jornalismo no Brasil: reserva corporativista ou marco da autonomia profissional?”. **Revista Pauta Geral- Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, ago-dez de 2014, p.55-72.

FIGARO, Roseli. “Jornalimos e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI”. **Parágrafo**, v. 2, n. 2, jul-dez de 2014, p. 23-37.

FIGARO, Roseli, NONATO, Claudia. “Novos ‘Arranjos Econômicos’ Alternativos para a Produção Jornalística”. **Contemporanea | comunicação e cultura**, v. 15, n. 01, jan-abr de 2017, p. 47-63.

FIGARO, R. “The World of Work if Female Journalists: Feminism and Professional Discrimination”. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 546–567, 2018. DOI: 10.25200/BJR.v14n2.2018.1052.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. **Os Discursos dos Jornalistas freelancers sobre o Trabalho: comunicação, mediações e recepção**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2012.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. “A arte de ser mulher: interrogações sobre o assassinato de Sandra Gomide”. 2004, **Anais**. Campinas: ANPUH/UNICAMP, 2004. Disponível em: <<https://www.eca.usp.br/acervo/acervo-local/producao-academica/001430905.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. “Mulheres Jornalistas na Imprensa Brasileira”. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003, Campo Grande. **Anais**. Campo Grande: Intercom, 2003. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/151284998075557168343153827227545496185.pdf>>.

LEITE, Aline Tereza Borghi. “Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo”. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, Jan-Mar 2017. DOI: < <https://doi.org/10.1590/198053143810>>.

LELO, Thales Vilela. “A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019. DOI: < <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225>>.

LEVY, David A. L., NIELSEN, Rasmus Kleis. “The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy”. *In*: _____. (org.). **The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010. p. 3-16.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral) et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

MARTINEZ, Monica, LAGO, Claudia, LAGO, Mara Coelho de Souza. “Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação”. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio, junho, julho e agosto de 2016. DOI: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22464>>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010**. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS [Data set]. Disponível em: <https://basedosdados.org/dataset/br-me-rais?bdm_table=microdados_vinculos>. Acesso em 19 de dez. de 2022.

NICOLETTI, Janara. “Apontamentos sobre precarização e qualidade no jornalismo em um contexto de transformação do mundo do trabalho”. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 16, 2018, São Paulo. São Paulo: SBPJOR, 2018.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. 2019. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.

NICOLETTI, Janara, THIBES, André. “Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho”. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 15, 2017, São Paulo. São Paulo: SBPJOR, 2017.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997**. São Paulo, Imprensa Oficial, 1997.

ROCHA, Paula Melani. **As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O processo de profissionalização e feminização da carreira**. 2004. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SOUZA, Ana Fernanda Campos de. “Mulheres Jornalistas – Percursos e Percalços”. *In*: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador. Anais. Salvador: ENECULT, 2009. Disponível em: <<https://www.cult.ufba.br/enecult2009/19152.pdf>>.

TEMER, A.; ASSIS, F.; SANTOS, M. “Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito”. **Media & Jornalismo**, v.14, n.15, p. 75-90, 2015.